

# Gartenkraut já prevê o caos

*Divida Exposta*

Arquivo

Há fontes da área econômica começando a admitir que o governo pode ser obrigado a declarar ou negociar uma nova moratória em setembro, caso o Congresso não aprove a Medida Provisória 63 que aumenta as alíquotas da Previdência.

"Se o Legislativo não fizer a sua parte, estaremos perto do caos", disse ontem o assessor especial do Ministério da Fazenda, Michal Gartenkraut. Ele considera que o governo já fez sua parte apresentando ao Congresso a "única alternativa existente".

Os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estão em Brasília há mais de uma semana deram início, ontem formalmente, à coleta de dados sobre o desempenho da economia brasileira. A orientação seguida por eles é a de tentar definir com a área econômica um programa de ajustes, fundamental para que o Brasil seja incluído no Plano Brady.

Pela manhã, o chefe da Divisão do Atlântico do Fundo, Thomas Reichmann e seus colegas, Doris Ross, Eric Clifton e Gumerindo Oliveros, estiveram reunidos com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Os técnicos do FMI receberam dados sobre a arrecadação e execução financeira do Tesouro, dentro do enfoque pós-Plano Verão. Foram apresentados também dados sobre a evolução do déficit público e as fórmulas pretendidas para se chegar a uma meta acertada. Falou-se ainda sobre o impacto da recomposição de preços nos índices futuros de inflação.

Dentro da revisão das contas do Governo, a área econômica acredita na viabilização de uma meta de déficit público operacional (descontando-se as correções cambial e monetária) de 4% e no conceito de déficit primário (descontando-se os custos financeiros das dívidas externa e interna) com superávit de 2%. Estas metas seriam conseguidas, principalmente, através da reindexação dos tributos, que traria um aumento da



**Sem acordo na Previdência, Michal não vê saída para a crise**

arrecadação, pois seria eliminado também o chamado efeito "Tanzi" (a inflação corrói o tributo da sua entrada nos cofres do Governo).

Ao contrário do Ministério da Fazenda, a Seplan é desfavorável à reindexação dos tributos, através da criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), com correção diária (BTN fiscal), o que dá grande impacto na inflação e no déficit público. Uma outra saída defendida é a recomposição dos preços e tarifas públicas, sendo que as estatais estão com uma defasagem média entre 30 e 40% em seus preços. O FMI parte do princípio que esta recomposição deve ser feita de maneira gradual para não pressionar demasiadamente a inflação.

À tarde, os técnicos do FMI reuniram-se na Seplan com o assessor especial para Assuntos Econômicos, Raul Veloso, além do assessor da Fazenda, Michal Gartenkraut. Foram apresentados dados sobre déficit público, câmbio e juros, além de números orçamentários, incluindo as estatais. O FMI considera imprescindível que a política de ajuste econômico do Brasil passe pela reversão da fuga de capitais.

A equipe do Fundo continuará o trabalho de coleta de dados hoje, buscando informações sobre as contas da Previdência e da Sest (Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais).